

foi implantado, há quarenta anos atrás, reduziu as taxas de mortalidade infantil, que tinham sempre uma ascensão no sentido crescente. Ou seja, quando você centralizou toda o planejamento, toda a operação do Sistema, você conseguiu fazer isso, e agora, ao arripio de todos os estudos, inclusive os estudos da Fiocruz, da UFRJ e de outros institutos, querem dividir tudo. Para quê? Para atender a população do Rio de Janeiro? Então, nós temos a obrigação de intervir, junto ao governo, principalmente ao governador atual, Dr. Cláudio Castro, que tem se manifestado numa posição muito interessante. Ele diz: "Eu quero ouvir os técnicos." Então, que ele ouça os técnicos competentes, que se contrate uma auditoria independente para fazer um estudo consequente das soluções que devemos e podemos comentar para o saneamento do Rio de Janeiro.

Agora, dizer que esses dois eventos lamentáveis - eu diria até criminosos - que nós vivemos no ano de 2020 são consequência da Cedaee ser pública é ser no mínimo leviano. Por quê? Porque é a empresa pública que entregou e entrega água para mais de onze milhões de pessoas. Tem seus problemas como toda grande empresa, mas até - repito - 2019 não tinha nenhum relato de problemas com a qualidade da água. E tinha, inclusive, recebido uma certificação internacional de "a melhor água entregue para sua população". Então, isso não pode ser desprezado, não pode ser esquecido. Não estamos aqui para passar pano para interesses escusos.

E, ao Dr. Maximino, deixo aqui a minha saudação e o pedido: investiguem as dispensas de licitação que ocorreram no ano de 2019 na Cedaee, porque muita coisa vai brotar. Não é à toa que teve o escândalo na Saúde, não é à toa que o pastor Everaldo está preso, não é à toa que o Sr. Hélio Cabral foi dispensado da presidência e saiu pela porta dos fundos. Muito obrigado a todos. Saúde e paz.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Ary Girota. Passo a palavra agora para o Dr. Miguel Fernandes, representante da Abes. O senhor tem cinco minutos.

O SR. MIGUEL FERNANDES - Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado.

Queria primeiro cumprimentar o Deputado pela audiência, importante audiência nesse momento. Cumprimentar os outros colegas todos aí, amigos, como o Edes, Maximino, Armando, e vários outros também do Sindicato. Eu pedi essa contribuição porque esse ano eu, coincidentemente, publiquei dois artigos no jornal sobre esse tema, a questão da segurança hídrica, na Região Metropolitana do Rio. Em janeiro, quando a gente teve a crise da geosmina, onde eu dizia dos riscos de a gente ter uma bomba-relógio sem cronômetro dentro do nosso sistema de abastecimento e, agora, comparando a situação do Amapá com o Rio de Janeiro, em relação à água. Também sobre os riscos que nós temos, atrelados a um sistema que é extremamente dependente, linear, em sequência de diversos parâmetros. Obras que remontam à década de 30, quando a gente faz a transposição do rio Paraíba do Sul, um sistema elétrico, chegando a obras de mais de sessenta anos, como, por exemplo, Guandu, que abastece 80% da Região Metropolitana, do lado oeste da baía de Guanabara.

É um sistema sem redundância, é um sistema que precisa ser repensado, assim como se repensou o sistema da Região Metropolitana de Nova Iorque, assim como se repensou o sistema da Região Metropolitana de Los Angeles. Necessita dessa verificação. Se você mantém tantas pessoas dependentes de um único ponto, nós estamos assumindo um risco, um risco muito grande, um risco mais caótico do que, por exemplo, o Amapá hoje viveu nesses últimos tempos. E é algo que não pode lidar como só apagar um incêndio, que é o que está acontecendo hoje sob a competente gestão dessa nova direção da Cedaee. Está apagando incêndio, mas não se pode pensar só de forma de apagar o incêndio.

Então, eu peço ao Parlamento que dê atenção à questão do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana. O último plano diretor remonta à década de 80. O último plano diretor que realmente analisa o caso. E que isso seja realmente de fato o plano a ser implantado, algo que não está previsto na concessão do modelo feito pelo BNDES, que eu coloquei bastante na discussão, nas audiências públicas que nós tivemos, aqui, na Alerj e também, lá, junto à Secretaria que organizou o processo de consulta pública.

Nós temos problemas que vão até além do Sistema Guandu, como é colocado aqui no leste da Baía de Guanabara, região aí do Deputado, você tem um sistema deficitário, um sistema que, se tiver que atender toda a população, hoje a capacidade dele não consegue. O Edes conhece bem, esteve também lá à frente de Maricá. Conhece lá também São Gonçalo. Os colegas sabem que, se você realmente hoje for querer abastecer todos no sistema de água, você não tem capacidade suficiente, e isso precisa ser rediscutido. Eu trago aqui o ponto principal, para encerrar minha fala, não querendo me prolongar muito, mas colocando para os colegas o debate, dando oportunidade a outros para poder contribuir, que ou a gente traz a discussão à luz da necessidade, sem ter redundância nesse sistema, entendendo que são obras que remontam a mais de sessenta anos que têm, naturalmente, seu ciclo de vida e traça um planejamento integrado nessa ação, ou nós estamos caminhando, às cegas, sob problemas que a gente não sabe dizer exatamente que repercussões que podem ter. O que está acontecendo hoje é um pequeno ensaio de um problema sério que pode acontecer em relação ao sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio, que está sendo devidamente mitigado, mas temos que alertar para um problema muito maior que isso pode trazer.

Então, essa é minha contribuição. Por isso que eu pedi a palavra, passando a oportunidade a outros colegas também poderem falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Dr. Miguel Fernandes.

Passo a palavra agora, terceiro inscrito, Sr. Raul Pinho, do Instituto Trata Brasil. O senhor tem cinco minutos.

O SR. RAUL PINHO - Boa tarde, presidente. Agradeço o convite. Na realidade, eu não estou aqui como representante do Instituto Trata Brasil. Eu fundei o Instituto, presidi o Instituto até 2010. Desde então ele é presidido pelo meu amigo Edson Carlos, e estou no Rio desde 2012. Recentemente criamos um instituto, um movimento chamado Sanita Rio para lutar pelo nosso direito, e têm colegas aqui que estão participando da audiência pública, que também participam desse movimento, nosso direito de ter nosso tratamento de esgoto. A coleta também do esgoto, que é a agenda que sempre foi prioritária do Instituto, desde a sua criação, em 2007.

Aqui, no Rio, eu, como carioca, descendente de um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro, fico muito frustrado de ver que é só aqui no Rio que a Alerj, a Cedaee, os sindicatos enxergam o Instituto Trata Brasil como sendo um movimento pró-privatização. Nós temos projetos realizados em parceria com inúmeras empresas estaduais, com inúmeros municípios. Está tudo disponibilizado no site do Instituto, e eu lamento, colega do Sindicato, as suas palavras. Quer dizer, é uma questão de extrema agressividade aos propósitos do movimento que tem a legitimidade e reconhecimento nacional e internacional pela sua independência.

A Oscip, como todo movimento da sociedade civil, é patrocinada por empresas, sim. Agora, o Instituto Trata Brasil começou com quatro empresas que são fornecedoras de materiais de saneamento. Já teve parceria com a Abes, depois saiu, por outras questões. Mas tem parcerias com municípios, com a SeMAE, trabalha junto com a Aesbe. Então, essa conversa de que a gente aqui é defensor de privatização não prospera.

Com relação ao objeto da audiência, eu cumprimento aqui principalmente o Armando, pelas suas colocações, pelos seus esclarecimentos. A gente defende, sim, esse modelo de concessão do BNDES, porque é um modelo que privilegia a melhoria da eficiência na distribuição e a coleta E o tratamento de esgoto, à semelhança do que acontece na AP-5. Acho que nenhum de vocês pode negar o avanço que aconteceu lá em relação à questão do esgoto, desde 2012 até hoje. Então, a gente defende isso sim, é um trabalho que não foi feito de forma açodada, de maneira nenhuma. O BNDES há três anos vem estudando isso. Teve oportunidade, não sei se na gestão atual ou na anterior, mas, antes mesmo do Sr. Hélio, de discutir. A Cedaee sempre foi, pelo que eu tenho de informação de quem fez a modelagem pelo BNDES, sempre foi chamada a participar, assim como a Alerj. Enfim, é um trabalho que foi feito para tentar resolver o nosso problema de saneamento na cidade.

Quer dizer, eu não discuto aqui sobre a qualificação dos técnicos da Cedaee. Evidentemente, todos têm qualificação. São profissionais que trabalham nisso há quarenta anos. Tem aqui o Fernandes, da Abes, meu colega, o pai dele, Miguel Fernandes, são todos entusiastas do saneamento. Agora o que nós estamos cansados é de falsas promessas. Essa história aqui de esgoto no Rio de Janeiro tem pelo menos 25 anos de discussão. Nós já passamos por Olimpíada, por Copa do Mundo, por PSAM, por PDBG, e recentemente assistimos à audiência pública com o Sr. Briard na Câmara Comunitária da Barra, fazendo promessas de que ia investir um bilhão e tanto no esgoto da Barra. Cadê? Nada disso acontece. Entra ano, sai ano, nada acontece.

Então, o que eu peço aqui como cidadão e como embaixador do Trata Brasil, sim, que eu sou, e como idealizador desse movimento Sanita Rio, é que a gente tenha um pouco de clareza, não sei nem qual é o termo...

O SR. EDES OLIVEIRA - Presidente, acho que está fugindo do tema da audiência. Me perdoe, mas acho que nós estamos fugindo do tema da audiência.

O SR. RAUL PINHO - Não, ele falou especificamente no Trata Brasil, falou no meu nome. Então, eu estou colocando a minha defesa. Eu estou lutando aqui por um direito de água tratada...

O SR. EDES OLIVEIRA - Entendo a sua posição, respeito. Acho que todos podemos ter as nossas ideias, as nossas convicções, mas nós não estamos tratando de concessão. Eu acho que não é esse o tema.

O SR. RAUL PINHO - Você chegou atrasado, Edes, desculpa. No primeiro momento, o próprio Deputado falou que, fatalmente, esse assunto seria ventilado.

Então, está bom, desculpa. Eu encerro aqui. Eu só queria esse registro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Dr. Raul.

Passo a palavra agora ao último inscrito, Dr. Jerson Kelman, representando a Coppe-UFRJ.

O SR. JERSON KELMAN - Desculpe, Deputado. Eu não estou inscrito. Eu estava apenas assistindo e não quero me manifestar. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Está bom, te agradeço. Senhores, eu vou...

O SR. RAUL PINHO - Sr. Deputado, só fazendo uma observação. Eu também não estava inscrito, mas não me nego a me manifestar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - É que me passaram uma lista com o nome dos senhores.

Antes de terminar, eu acho que, como eu falei anteriormente, ia ser difícil a gente não chegar nesse ponto. A gente sabe que amanhã a gente tem uma assembleia importantíssima para o destino da Cedaee. Todos aqui são defensores do saneamento. Acho que todos nós defendemos, lógico, seu lado, seu ponto de vista. Eu respeito todos os pontos de vista, como o Dr. Raul defendeu, mas a gente passou um momento muito importante, crucial, porque é como o Dr. Ary Girota também disse. Não é um sistema comum. Há uma concessão, como lá em Niterói, a Águas de Niterói pegou da Cedaee, que é uma cidade só. Acho que a Cedaee hoje é muito mais complexa. São 64 Municípios, mais de dez milhões de pessoas sendo atendidas, e, depois de três anos de estudos do BNDES, a gente sabe, olhando todos os questionamentos que a gente fez até hoje e pelo próprio Governador, que pediu isso para o BNDES e a gente até agora não recebeu.

Tem uma série de pontos, uma série de fatores que nos deixam preocupados, porque é um sistema muito complexo, mas eu acho que, em cima disso, vou ser objetivo, vou passar direto para o diretor Armando alguns questionamentos, depois vou divulgar na nossa página e também...

O SR. ARY GIROTA - Deputado, só uma questão de ordem, por favor. Um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Ary, Ary...

O SR. ARY GIROTA - Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Eu não vou polemizar...

O SR. ARY GIROTA - Eu não vou polemizar, eu acho que... vou pedir desculpas ao Dr. Raul. Meu objetivo não foi agredir o Dr. Raul. Eu sou muito veemente nas minhas falas. Eu sempre lidei com o Dr. Edson Carlos nos eventos, e essa veemência, Dr. Raul, vem de que, infelizmente, eu reconheço o trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Ary, você já pediu desculpas. Você me desculpe. Não vamos rebater...

O SR. ARY GIROTA - Eu queria pedir desculpas pela veemência. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Está bom, sem problema.

Eu vou passar os questionamentos que a gente tem aqui para o Armando. Acho que foi importante essa audiência pública.

Quero agradecer o nosso promotor José Maximino; o nosso Defensor, Thiago Henrique, agradecer ao Edes pela importante participação e relevância para a nossa audiência pública, como presidente da Cedaee; agradecer também ao Armando.

É isso, a gestão atual de vocês da Cedaee, é muito clara e transparente. É notória de se ver, como bem disse o promotor José Maximino, a mudança nas atitudes, a mudança na gestão. É isso que a gente busca. Eu acho que todos aqui buscamos que seja a Cedaee uma estatal que nos traga orgulho, que é a última coisa que o povo fluminense tem de grande valor. Por isso a nossa luta contra a privatização. A gente sabe muito bem que a Cedaee, bem gerida, ela já dá lucro. Ela lucrou, no ano de 2019/2020, um bilhão e cem milhões.

A gestão de vocês, hoje, à frente da Cedaee recebe elogios do MP e de todos que aqui passaram, pela forma com que estão conduzindo esse problema, que não é culpa de vocês. É culpa das gestões anteriores. Mostra que, se o governo tiver capacidade e tiver bom senso na sua formação, deixando a Cedaee com os cedaeanos, que são técnicos, que entendem do assunto, a gente consegue dar o rumo de uma gestão eficiente, que dá alegria e, principalmente, o saneamento básico para a população carioca que precisa e para quem não tem. Então, acho que ficou bem claro e notório a diferença da gestão, do atendimento, da atenção e da técnica de vocês no incêndio que vocês pegaram e não provocaram.

No mais, acho que a gente vai passar amanhã por uma assembleia importantíssima. Gostaria de convocar todas as pessoas, trabalhadores cedaeanos, para estarem presentes na sede da Cedaee, amanhã, às dez horas da manhã. A gente sabe que tem uma série de pontos que a gente tem que cobrar. Nós vamos estar lá representando também como acionista minoritário. Entrei junto à CVM essa semana com alguns questionamentos por conta de declarações nos jornais do nosso Excelentíssimo Governador. Graças a Deus tem a Lei 6.404, que defende os acionistas minoritários.

É engraçado a gente ver, porque no início o BNDES tabelou o preço em 1,20 o metro cúbico. A Cedaee jogou para 2,20 e, arbitrariamente, o governador decidiu jogar para 1,70, sem ao menos consultar os acionistas minoritários. A gente quer saber só, de fato, através de estudos técnicos, imparciais, qual o valor para que a Cedaee, se caso tenha essa concessão, não sobe só para engodo, como a gente já viu tantas outras vezes. Nossa maior preocupação é você não ser lesado, a população do estado do Rio de Janeiro não ser lesada, porque, no primeiro momento, eles ofereceram vinte anos, 32 bilhões de investimentos, mas pagando para a Cedaee, que fica com a produção do Guandu, algo em torno de 1,20 o metro cúbico. Agora, quando o Governador jogou para 1,70, eles aumentaram o prazo para 35 anos, e desceram um bilhão de investimentos. Então, é um negócio impressionante, salta aos olhos, e todos nós sabemos hoje que a Cedaee, se estiver na mão de cedaeanos, como está hoje, a gente consegue exponencialmente subir o lucro anual dela. Ela já lucra um bilhão e cem. Se você fizer uma conta rápida - todos nós aqui sabemos fazer conta -, em 35 anos, a Cedaee lucraria algo em torno de 40, 45 bilhões. Muito mais, muito além dos 31 que hoje está sendo oferecido para esse novo preço do BNDES, nessa modelagem.

Além disso, a gente tem também, como a Deputada Lucinha falou no início da audiência pública, o Governo pegando seus dividendos, algo em torno de 350, 400 milhões para pagar folha de pagamento. A gente tem até um projeto de lei, do qual eu sou autor, junto com o Deputado Waldeck, proibindo essa retirada de dividendos do governo do estado do Rio para que seja reinvestido no próprio saneamento, na própria Cedaee. Então, a gente tem uma série de questionamentos. Todos nós sabemos. Acho que, em cima disso, a gente tem que debater.

Como o Ary Girota bem disse, a gente tem que debater mais, porque vai virar o ano, prefeitos novos vão assumir, não vão ter nem noção do que vai acontecer nas suas cidades, e eu acho que a gente tem que ter mais debates. Porque tem muita coisa nebulosa. O governador nos falou pessoalmente, também nos falou através de entrevistas, que tem o maior cuidado para não ser referência como ter feito o pior negócio do estado do Rio de Janeiro. Eu tenho certeza que hoje a modelagem da forma que está, está indo no caminho de fazer o pior negócio para o povo fluminense e para o estado do Rio de Janeiro nos próximos vinte, trinta anos.

No mais, eu agradeço a presença de todos vocês. A Comissão de Saneamento Ambiental se encontra sempre à disposição de todos vocês para dúvidas, questionamentos, para denúncias. A gente tem 0800, a gente tem os canais do nosso mandato também à disposição para qualquer questionamento. Seguimos trabalhando, seguindo lutando pela universalização do saneamento e principalmente lutando pela Cedaee da forma correta e justa de ser gerida. Eu agradeço a presença de todos vocês. No mais, muito obrigado, e declaro encerrada a Terceira Sessão Ordinária da Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj. Boa tarde a todos.

#### COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, para, conforme Edital de Convocação publicado no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezenove, debaterem sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil e suas Implicações para o Estado do Rio de Janeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 8ª Audiência Pública, agradeceu a presença de todos e convidou para integrar a Mesa o Deputado Federal Paulo Ramos; o Dr. Júlio César Soares; o Dr. Jerson Kelman; Dr. Josivan Moreno; Dr. Iran Aguiar e Dr. Humberto Luiz Nunes. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente convidou a fazer uso da palavra o Dr. Josivan Moreno, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, que proferiu a apresentação sobre o tema em tela. Em seguida, fez uso da palavra o Dr. Jerson Kelman, professor da Coppe-Ufrj, que iniciou esclarecendo que não falaria em nome da Pós Graduação de Engenharia da Coope-Ufrj, mas em seu próprio nome, considerando que, diferentemente da Abes, em que essa questão vem sendo debatida em profundidade, o mesmo não foi feito naquela instituição. Na sequência, a convite do Senhor Presidente, fizeram uso da palavra, em profícuo e esclarecedor debate, os Senhores: Iran Aguiar, representando a presidência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, Cedaee; Dr. Júlio César Soares, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Comissão de Saneamento e Recursos Hídricos; Deputado Federal Paulo Ramos, que discorreu sobre a matéria, buscando trazer a discussão para sua implicação no Estado do Rio de Janeiro; Humberto Nunes, da Cedaee; Cid Cury, da Cedaee; Miguel Fernandez, Presidente da Abes-RJ; Ary Girota, da Cedaee; Paulo Sérgio Farias, Presidente da CTB Rio e João Xavier, da Cedaee. Concluindo, em razão da relevância e teor das falas apresentadas, o Senhor Presidente determinou que fossem solicitadas as transcrições oficiais ao Departamento de Taquigrafia, para que passem a fazer parte integrante desta ata, e sejam publicadas na íntegra, além de permanecerem disponíveis à consulta, na secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar e não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Audiência Pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, oito de novembro de dois mil e dezenove. Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2. Deputado Gustavo Schmidt, Presidente.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Bom-dia a todos, gostaria de pedir aos que ainda se encontram em pé que arrumem um assento.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, às 10 horas do dia 8 de novembro de 2019, declaro aberto os trabalhos da 8ª audiência pública da Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj, em parceria com o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho, a quem muito agradeço. A Comissão de Saneamento Ambiental vem com a presente audiência dar transparência ao importante debate que é a autorização do marco regulatório para o Brasil. Preocupados com a repercussão do nosso estado, que tem mais de sessenta municípios com o saneamento gerido por uma estatal, convocamos as maiores instituições técnicas, parlamentares e a sociedade civil para ouvir suas opiniões. Ao final da audiência reuniremos membros da comissão para tirarmos uma sugestão formal e encaminharmos aos parlamentares da bancada federal.

Convido agora para compor a Mesa o exmo. deputado federal Paulo Ramos. Subsecretário da Searj(?), Omar Kirchmeyer. Dr. Júlio César Soares. Dr. Jerson Kelman. Josivan Moreno. E Iran Aguiar.

(Palmas)

(Pausa)

Chamar para compor a Mesa dr. Humberto Luiz Nunes.

Para começarmos, convido para fazer uso da palavra o sr. Josivan Moreno, da Abes.

Faça a sua apresentação por gentileza.

O SR. JOSIVAN MORENO - Muito bom dia, deputado Gustavo, é um prazer dizer que a Abes vem trazer sua contribuição a este debate. Em nome do deputado e demais autoridades que fazem parte da Mesa, estamos aqui sempre à disposição. O nosso presidente nacional, Roberval Tavares, nos incumbiu de deixar a mensagem da associação, que vem atuando na contribuição ao processo de avaliação dessa proposta da mudança do marco legal de saneamento. Também gostaria de expor e referendar a presença do presidente da Abes do Rio de Janeiro, Miguel, que aqui se faz presente e faz parte da comissão atuando sempre junto à Alerj. Portanto, faremos uma apresentação e mostraremos os posicionamentos que a Abes vem apresentando durante todo o processo de forma objetiva, destacando os principais aspectos dos quais entendemos ainda não estar dentro da resposta ao setor de saneamento o projeto ora apresentado e aprovado na comissão, na última votação na Câmara.

Por favor, vocês conheçam a Abes, mas é importante destacar que estamos aí em todo o Brasil, com mais de dez mil sócios, membros da Abes e destacamos nossa atuação técnico-científica, político-institucional e na área de gestão voltada à engenharia sanitária ambiental. Não é preciso detalhar o reconhecimento dessa associação, tendo em vista a notória expertise e contribuição na política e na construção do saneamento no país.

Por favor.

Nós destacamos aí todo o processo de implementação da busca dessa mudança do marco regulatório com a apresentação pelos projetos de lei que assim foram agora apresentados, mas também ressaltando e destacando que ainda no ano passado a Abes teve um papel de protagonismo muito forte na derrubada, e assim podemos falar com uma palavra forte: no enterro da MP que tinha sido proposta e que consideramos aquela época um desastre para o setor de saneamento.

Por favor.